



UNITED NATIONS
HUMAN RIGHTS
OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER

[/ Centro de mídia mais recente /](#)

DECLARAÇÕES | PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Brasil: Especialistas da ONU pedem que novo governo enfrente violência contra mulheres e meninas e revogue lei de alienação parental

04 de novembro de 2022

[Português português: \(PDF\)](#)

Compartilhar

GENEBRA (4 de novembro de 2022) – Especialistas da ONU instaram hoje o novo governo do Brasil a abolir uma lei de 'alienação parental' que pode levar à discriminação contra mulheres e meninas, principalmente em





“ Hoje pedimos ao recém-eleito Governo do Brasil que fortaleça sua determinação de acabar com a violência contra mulheres e meninas, e pedimos o fim da aplicação legal de longa data do conceito de alienação parental e variações semelhantes em casos de violência doméstica e maus-tratos, que penalizam mães e crianças no Brasil.

A lei brasileira de alienação parental de 2010 define o conceito como “a interferência no desenvolvimento psicológico da criança ou adolescente promovida ou induzida por um dos pais, pelos avós ou por quem tenha a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância para refutar um progenitor ou prejudicar o estabelecimento ou manutenção de vínculos com o progenitor”.

A lei levou à proliferação da aplicação da teoria da alienação parental pelos tribunais de família – apesar da falta de legitimidade clínica ou científica. A lei também permitiu que pais acusados de violência doméstica e abuso fizessem alegações falsas contra as mães com quem estão em batalhas ou disputas de custódia.

Os tribunais de família rejeitam regularmente as alegações de abuso sexual de crianças apresentadas pelas mães contra seus pais ou padrastos, descrendo e punindo as mães, inclusive por meio da perda do direito de guarda de seus filhos.

Estamos seriamente preocupados com os estereótipos de gênero subjacentes que contribuem para a legitimação do conceito de alienação parental e seu recurso principalmente contra as mulheres quando a decisão judicial diz respeito ao direito de guarda ou tutela. Esses estereótipos de gênero são profundamente discriminatórios, pois os depoimentos de mulheres que afirmam que seus filhos são abusados estão sendo descartados ou considerados de valor e credibilidade inferiores. Essas abordagens profundamente discriminatórias resultam





Observamos com preocupação as consequências preocupantes para as mães, muitas das quais não tiveram outra opção a não ser permanecer caladas sobre o abuso de seus filhos pelo companheiro ou ex-companheiro, por medo de serem acusadas de alienação parental e perderem o direito de guarda.

O uso da alienação parental e conceitos semelhantes contribui para a banalização da violência contra mulheres e meninas no Brasil, onde um alto índice de violência doméstica contra crianças, em particular meninas, ocorre em um cenário de um contínuo alto índice de feminicídio no passado década.

O Brasil tem um dos maiores índices de feminicídio do mundo. Em uma pesquisa nacional de 2017, aproximadamente um terço das meninas e mulheres brasileiras expressou ter sofrido violência no ano anterior, desde ameaças e espancamentos até tentativa de homicídio. Mais da metade dos atacantes eram parceiros atuais ou antigos. Um levantamento das estatísticas de criminalidade em 2021 revela que uma mulher é estuprada a cada 10 minutos no Brasil e que um feminicídio acontece a cada sete horas. Altos níveis de violência contra as mulheres também são perpetuados por outros atores não estatais, incluindo empresas privadas e instituições afiliadas ao Estado, incluindo a aplicação da lei. É crucial que o governo do Brasil não poupe esforços para conter a onda de violência contra suas mulheres e meninas e acabar com a impunidade desenfreada que existe por crimes cometidos contra elas.

Instamos o Estado brasileiro a revogar a lei de alienação parental e restabelecer o acesso efetivo de mulheres e meninas aos direitos sexuais e reprodutivos; oferecer acesso legal efetivo à interrupção da gravidez; reverter a série de cortes no orçamento do estado federal para atividades e programas dedicados ao fim da violência contra a mulher, e; redobrar os



UNITED NATIONS
HUMAN RIGHTS
OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER

brasileiras, mulheres migrantes e mulheres trans”.

Os especialistas: Sra. Reem Alsalem , Relatora Especial sobre violência contra mulheres e meninas, suas causas e consequências ; Sra. Tlaleng Mofokeng , Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental ; Sra. Dorothy Estrada-Tanck , Presidente-Relatora do Grupo de Trabalho sobre discriminação contra mulheres e meninas, Sr. Victor Madrigal, Especialista Independente da ONU em Proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero .

Os especialistas fazem parte do que é conhecido como **Procedimentos Especiais** do Conselho de Direitos Humanos. Procedimentos Especiais, o maior corpo de especialistas independentes no sistema de Direitos Humanos da ONU, é o nome geral dos mecanismos independentes de apuração e monitoramento de fatos do Conselho que abordam situações específicas de países ou questões temáticas em todas as partes do mundo. Os especialistas em Procedimentos Especiais trabalham de forma voluntária; eles não são funcionários da ONU e não recebem salário pelo seu trabalho. Eles são independentes de qualquer governo ou organização e servem em sua capacidade individual.

Para mais informações e solicitações de mídia, entre em contato com: Aliénor Béjannin (+41 22 917 9616 / alienor.bejannin@un.org)





UNITED NATIONS
HUMAN RIGHTS
OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER

Siga as notícias relacionadas aos especialistas independentes em direitos humanos da ONU no Twitter [@UN_SPExperts](https://twitter.com/UN_SPExperts).

Preocupado com o mundo em que vivemos?

Então LEVANTE-SE pelos direitos de alguém hoje.

#Standup4humanrights

e visite a página da web em <http://www.standup4humanrights.org>

Tag

[Brasil](#) [Meninas](#) [Violência contra crianças](#) [Mulheres](#)

[Violência contra a mulher](#)

Relacionado

[Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres considera relatório do Kuwait](#)

[Observações do Secretário-Geral Adjunto](#)



**“Compromissos pelos direitos das mulheres:
hora de transformar promessas vazias em
mudanças concretas para as mulheres.”**

Canais sociais globais

Mais recentes

[Histórias em Destaque](#)

[Centro de mídia](#)

[Reuniões e eventos](#)

Recursos

[Bancos de dados](#)

[Biblioteca](#)

[Publicações](#)

Conectar

[Contate-nos](#)

[Siga-nos](#)

[Trabalhe Conosco](#)





UNITED NATIONS
HUMAN RIGHTS
OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER

Doar

[Contato](#)

[Direitos autorais](#)

[Política de Privacidade](#)

[Termos de uso](#)

